

O ensino/formação de jornalistas em Portugal: uma história recente

Sandra Barata*

Resumo

Apresenta-se, neste trabalho, uma breve “história do ensino/formação de jornalistas em Portugal”. A emergência do campo jornalístico e dos seus profissionais é um acontecimento recente, contando com pouco mais de um século, pelo que o conceito de jornalismo que conhecemos actualmente, nas sociedades democráticas, resulta de um processo de evolução que veio contribuir para a profissionalização do jornalista como uma comunidade profissional com identidade e autonomia. Na base de toda essa evolução está a necessidade de obter conhecimentos, atitudes e destrezas que se adquirem com uma formação.

Palavras-chave: Ensino. Jornalismo.

* Professora no curso de Comunicação Social da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes – Instituto Politécnico de Tomar.



Introdução

Entender como se traçou o percurso do ensino do jornalismo em Portugal é o principal desafio a que nos propomos neste trabalho.

A conquista de um espaço próprio no seio das profissões deve-se a um conjunto de factores económicos, sociais, políticos e tecnológicos, mas prende-se, essencialmente, à nova função do jornalista: informar com rigor, objectividade e isenção. (TRAQUINA, 2004)

Desse modo, a função e o dever do jornalismo e, conseqüentemente, do jornalista é informar, contribuindo para influenciar e exprimir opiniões e atitudes de diversos grupos de público em relação aos fenómenos da actualidade, pelo que a actividade jornalística não pode ser considerada como uma prática de rotina, nem como um acto de senso comum. A prática profissional do jornalismo, que implica a recolha e o tratamento de informação, requer conhecimentos, atitudes e destrezas que se adquirem por meio da formação.

A problemática do ensino/formação do jornalismo em Portugal: a fase do dom

Nas sociedades modernas e numa vertente sociológica, um dos atributos para a construção e a afirmação de uma profissão é a transmissão de um conhecimento altamente especializado e sistematizado. Quer dizer que a “educação” é determinante para que uma “ocupação” se transforme numa “profissão”, num saber especializado.

Por esse motivo, a questão do ensino do jornalismo tem sido um quadro de análise privilegiado.

Se os Estados Unidos, em 1869, e a França, em 1899, foram pioneiros no ensino jornalístico, Portugal “arrastou” a problemática do ensino do jornalismo durante muitos anos, de maneira controversa e polémica, passando por várias etapas e projectos gorados.

Assim, nas décadas de 1920 e 1930, a ideia dominante era de que o jornalismo era um *dom*, nascia-se jornalista como se nascia poeta. É a convicção de Bento Carqueja, director do *Comércio do Porto*¹ (citado por CUNHA, 1941, p. 30-31), que, em 1926, rejeita a proposta de criação de uma “escola de jornalismo em Portugal” pelo Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, defendendo que, “assim como não há escolas de poesia, também não as pode haver de formação de jornalistas”.

Freire (1936, p. 20) também entende que o “jornalista não se faz. Nasce feito.” Todavia, considera que uma escola poderia servir para

1 Jornal que suspendeu a sua publicação em julho de 2005.

“educar convenientemente a espontaneidade exuberante, que se fortaleceria se educada convenientemente”.

Nessa época (década de 1930), podemos encontrar vertentes distintas na visão que os jornalistas portugueses tinham do ensino do jornalismo: por um lado defendia-se a criação de uma escola para jornalistas, mas, por outro, mantinha-se a dúvida se era necessário a escola ser de nível superior ou não. Todavia, se bem que determinado grupo defendesse a existência de uma escola, a formação era concebida como “um instrumento útil, mas não essencial para o profissionalismo e autonomização do jornalismo”. (SOBREIRA, 2003, p. 148)

Em 1941, a admissão para os jornais era feita por “tentativas de experiência” e não dependia prioritariamente das habilitações académicas dos candidatos. Recomendações pessoais e causar “boa impressão” ao responsável do jornal eram a base para admitir candidatos. (TEIXEIRA, 1941, p. 6)

Rocha (1949, p. 16), jornalista do *Comércio do Porto*, considerava que um jornalista não se fazia, mas “trazia do ventre da mãe predisposição profissional”.

Em suma, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, privilegiava-se a ideia do *dom* jornalístico, contudo observava-se já algum tipo de problematização sobre a necessidade de criar um ensino jornalístico em Portugal.

É em torno dessas questões que vamos encontrar os primeiros projectos e tentativas de ensino/formação do jornalismo em Portugal.

Os primeiros projectos de ensino/formação do jornalismo: a fase da necessidade de uma formação

O presidente do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ)², Luís Teixeira, em 1941, retomou a ideia do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (STI) de 1926, acima mencionada, e propôs a criação de um “Curso de Formação Jornalística” ao Subsecretário de Estado da Educação Nacional.

O referido curso tem como vocação:

- valorizar o profissional;
- elevar o nível cultural;
- melhorar o nível intelectual;
- dignificar a imprensa em Portugal. (BOLETIM INFORMATIVO DO SNJ, p. 5-6, 1941).

2 O Sindicato Nacional de Jornalistas, criado em 1934, alterou sua designação para “Sindicato dos Jornalistas” (SJ), em 1974.

O “Curso de Formação Jornalística” estava organizado do seguinte modo:

- duração do curso: dois anos;
- local: sede do SNJ;
- condições de acesso: habilitações mínimas (5º ano Liceal; actualmente 9º ano de escolaridade) ou o exercício da profissão de jornalista há pelo menos um ano;
- número de candidatos: 30;
- currículo: *vertente teórica* (versava os domínios da Política, Economia, Legislação e História do Jornalismo); *vertente prática* (compreendia o ensino de línguas, (francês e português), estenografia e “exercícios práticos de jornalismo”);
- corpo docente: figuras eminentes do jornalismo português e intelectuais da época, como Alfredo Cunha, António Ferro, Augusto de Castro, Acúrcio Pereira, Aprígio Mafra, Norberto Lopes, Jaime Leitão, Ricardo Ornelas, Luís Freitas Branco, Manuel Múrias, Marcelo Caetano, Júlio Dantas, dentre outros. (BOLETIM INFORMATIVO DO SNJ, p. 6, 1941)

No entanto, tal como aconteceu em 1926, o projecto do “Curso de Formação Jornalística” de 1941 gorou, permanecendo a ideia do *dom*.

Mais uma vez, se confirmava a ideia de que o jornalista não se faz, mas nasce-se jornalista, pelo que se entendia que a profissão de jornalista não exigia, nem dependia de formação profissional especializada.

Podemos dizer, desse modo, que nas décadas de 1920, 1930 e 1940 prevalece a ideia bipolarizada do ensino/formação do jornalismo: de um lado, os que defendem o ensino/formação do jornalismo (Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, em 1926, e o Sindicato Nacional de Jornalistas, em 1941); por outro, os que rejeitam o ensino/formação do jornalismo, apologistas do *dom* (em 1926, o próprio Director do *Comércio do Porto*, Bento Carqueja, João Paulo Freire, em 1936, e Hugo Rocha, jornalista do *Comércio do Porto*, em 1949).

Na década de 1950, a *Gazeta Literária* (p. 26, 1952 *apud* SOBREIRA, 2003, p. 151) remete a uma notícia publicada no *Jornal de Notícias* por um jornalista não identificado, onde se podia ler:

Uma Escola de Jornalismo se recomenda por todos os motivos, não apenas como elemento de cultura geral, indispensável a todos aqueles que praticam a profissão, mas como aprendizagem indispensável a todos os aspectos técnicos que ela abarca, e sem cujo conhecimento profissional da Imprensa nunca poderá ter uma

verdadeira consciência jornalística [...]; ‘se todas as profissões exigem aprendizagem – o jornalismo não a pode dispensar’.

Em 1957, a *Gazeta Literária* voltou a focar, ainda que indirectamente, a problemática do ensino/formação do jornalismo quando divulgou a perspectiva de Danton Jobin, professor de Jornalismo no Brasil, presente numa Conferência sobre Jornalismo que se realizou na Faculdade de Letras de Lisboa, onde apelou para a criação de uma escola de jornalismo na capital. Citando Pulitzer, professor Jobin (1957, p. 48) marcava sua posição, com ironia e humor: “A única profissão para qual o homem já nasce preparado e prescinde de escola é a de idiota”.

A ideia da necessidade do ensino/formação do jornalismo, defendida e reforçada por Jobin (1957), vem dar novo impulso ao Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), retomando o desígnio da década de 1940, e propõe:

- o ensino/formação do jornalismo facultativo para os candidatos e profissionais em exercício;
- o ensino/formação do jornalismo a funcionar na Faculdade de Letras de Lisboa – ou seja, pela primeira vez, o Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) se refere ao ensino/formação do jornalismo numa instituição de ensino superior.

Para consolidar essa nova proposta do SNJ, em 1959, o Relatório & Contas do SNJ (REC) (1959) referia que Portugal era um dos poucos países onde não existia uma escola de jornalistas, o que constituía um factor de diminuição, de falta de prestígio da classe jornalística.

A década de 1960 pode ser considerada como uma grande viragem na concepção do ensino/formação do jornalismo em Portugal, uma vez que, cada vez mais, analisa-se e problematiza-se essa questão.

Retomando o impulso que vinha tendo, em 1962, o SNJ demonstra a intenção de criar uma Escola de Jornalistas, ao referir a intenção de “pugnar pela criação de uma escola de jornalistas” (ESTATUTOS, 1962, p. 5, *apud* SOBREIRA, 2003, p. 154).

Ainda na década de 1960, acentua-se a discussão em torno da questão do acesso à profissão de jornalista, porque a *vocação* e o *dom* não podiam continuar a ser os únicos requisitos para exercer a profissão. Como podemos ler no artigo “O profissionalismo da imprensa e seus problemas” (1963 *apud* SOBREIRA, 2003, p. 154):

O problema do profissionalismo do jornalismo tem que ser encarado objectivamente e não anedoticamente, a fim de que o acesso à profissão não dependa de um capricho, de uma simpatia, de

um favor, mas sim de um direito conquistado pelo estudo, pela vocação, pela competência, por um diploma em forma.

Verificamos, desse modo, que a grande viragem na concepção do jornalista decorre nas décadas de 1960, ora “herdando” sucessivas expectativas goradas anteriores (décadas de 1920, 1930 e 1940), ora beneficiando-se do impulso que se verificou na década de 1950 com a intervenção de Danton Jobim, que incitou à criação de uma Escola de Jornalismo em Lisboa.

Intensifica-se, desse modo, a consciência de que é necessário combater a falta de formação dos jornalistas. Mário Matos Lemos reitera a ideia avançada anteriormente pelo Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), relativamente à criação de uma Escola de Jornalismo associada à Faculdade de Letras ou à de Direito, em que o curso teria uma duração de quatro ou cinco anos, seguido de um estágio num jornal. Também, no Porto, surgiu a intenção de criar um Curso de Jornalismo na Faculdade de Letras do Porto. No entanto, só na década de 1970, como veremos adiante, se concretizará o projecto de ensino para os jornalistas.

Para além do *desideratum* do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) ao longo das décadas, como acabámos de referir, há outras iniciativas que passamos a enunciar em seguida.

A década de 1960 – época de viragem – é marcada pela criação de cursos de jornalismo, em Portugal, por várias entidades, a saber:

- Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1962), que criou o 1º curso de formação jornalística;
- Jornal *Diário Popular* (1966), que promoveu um curso de jornalismo nas próprias instalações;
- Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) (1968), que criou o “I Curso de Jornalismo” para os jornalistas sócios do SNJ, revelando-se um sucesso e provocando impacto na opinião pública sobre a necessidade do ensino/formação do jornalismo.

Estava, assim, lançada a primeira pedra para o reconhecimento do ensino/formação do jornalismo, em Portugal.

O ensino/formação de jornalistas e o Ensino Superior

Acabámos de fazer uma síntese da evolução da ideia de ensino/formação do jornalismo em Portugal, desde a década de 1920 até a década de 1960.

Nesta secção, em primeiro lugar, vamos apresentar o quadro evolutivo do ensino/formação do ensino superior nos vários países, de forma não exaustiva, centrando-nos, em seguida, em Portugal.

Como atrás referimos, os Estados Unidos e a França foram os primeiros países a desenvolver o ensino do jornalismo ao nível do Ensino Superior³.

Em 1869, os Estados Unidos incluíram a formação jornalística no Ensino Universitário e, no início do século XX, já existia formação a nível de Mestrado e Doutoramento em Jornalismo. Presencia-se o crescimento de cursos universitários e de alunos inscritos em Jornalismo, pelo que, actualmente, os Estados Unidos possuem cerca de 300 licenciaturas na área de Jornalismo (TRAQUINA, 2004, p. 34).

Em França, em 1899 surgiu a Escola Superior de Jornalismo, embora, para muitos, vigorasse a ideia de que os jornalistas não necessitavam de formação específica, porque “o jornalismo dependia de um dom desenvolvido pela assiduidade” (FERENCZI, 1993, p. 257). Como já referimos, é a ideia que prevalece, em Portugal, até à época de viragem da década de 1960.

Em 1924 foi criada a Escola de Jornalismo na Faculdade Católica de Lille.

Na Grã-Bretanha, só mais tarde se desenvolveu o ensino universitário em Jornalismo e, de acordo com o sociólogo britânico, Jeremy Tunstall (1996), em 1960 somente 30% dos jornalistas possuíam formação ao nível Superior de Ensino.

Em Portugal, no início da década de 1970, continuava a não existir o Ensino Universitário em Jornalismo (à excepção do curso ministrado no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos).

Como enunciámos nas secções anteriores, desenvolveram-se alguns projectos de ensino/formação na área jornalística, que acabaram por não se concretizar, e apenas na década de 1960 surgiram iniciativas na criação de cursos que demonstram a aceitação da ideia de profissionalismo e de ensino/formação, sobrepondo-se à ideia de *vocação/dom* natural.

Todavia, era fundamental ultrapassar tal lacuna no ensino/formação de jornalistas, em Portugal, pelo que, no princípio da década de 1970, foi nomeada pela direcção do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) uma comissão cujo objectivo era a criação e a organização de um Curso Superior de Jornalismo em Portugal.

O trabalho da comissão baseou-se em estudos sobre o ensino/formação do jornalismo em vários países (Estados Unidos, França e Ingla-

3 Empregamos a designação comum de Ensino Superior para o ensino ministrado nas universidades, na época em questão.

terra), fundamentando a criação do Curso Superior de Jornalismo, em Portugal, nos seguintes critérios:

1. assegurar um saber comum (conteúdos);
2. desenvolver atitudes em relação à missão de informar (objectividade, idoneidade, deontologia);
3. utilizar as técnicas/ciências da informação.

A proposta/projecto, resultado da missão da referida comissão, foi aprovado, com poucas alterações, pela Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), em 10 de dezembro de 1970. No ano seguinte, 1971, o presidente do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), Silva Costa, entregava ao Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, o “Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal”. No projecto estava prevista a criação de um Instituto Superior de Ciências da Informação que formasse bacharéis e licenciados em “Ciências da Informação”, ficando aptos para exercer “jornalismo”, “radiojornalismo”, “telejornalismo” e “cinejornalismo”.

O projecto do Curso Superior de Jornalismo, tal como outros cursos superiores, previa três anos para o bacharelato, cinco anos para licenciatura e o grau de doutoramento, de acordo com o Decreto-Lei n. 388/70. Relativamente ao acesso ao curso, os requisitos eram iguais aos de qualquer curso universitário (exame de admissão e 7º ano liceal, actual 12º ano), estando salvaguardados desses requisitos os indivíduos que exerciam jornalismo há mais de cinco anos e com idade superior a 25 anos.

Quanto à estrutura curricular do curso, os três campos disciplinares contemplados incidem na:

- Teoria da notícia (natureza, como informar e efeitos na audiência);
- Informação (aspectos técnicos e a objectividade);
- Língua (domínio de competências da oralidade e da escrita).

Com um projecto de ensino institucionalizado para o jornalismo, o SNJ lançava os dados para a sua concretização e para que o acesso à profissão passasse a ser “um direito conquistado pelo estudo, pela vocação, pela competência e sancionado por um diploma académico.” (GAZETA LITERÁRIA n. 8, 1963, p. 2 *apud* SOBREIRA, 2003, p. 154).

Entretanto, mais uma vez, como aconteceu com projectos anteriores, o projecto não obteve aprovação das autoridades competentes dado o regime político que vigorava. De acordo Marcos (1986, p. 282), o regime “teve medo das consequências e esquece-o”.

Quer dizer que os jornalistas tiveram de esperar por uma mudança política, nomeadamente a queda da ditadura, em 1974, com a “Revolução dos Cravos”, para ver nascer, em 1979, a primeira licenciatura em Comunicação Social, no âmbito do Ensino Superior oficial. A Portaria n. 663, de 10 de dezembro de 1979, estabelecia o plano de estudos da Licenciatura em Comunicação Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Razões de natureza política contribuíram, desse modo, para que se desenhasssem novas orientações quanto ao ensino/formação de jornalistas. Como vimos, em 1979, o Ensino Superior de Jornalismo tem lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Nas décadas de 1980 e 1990, é digno de assinalar o interesse, também, de novas orientações no ensino/formação de jornalistas para além do Ensino Universitário:

1. Organismos profissionais que promovem cursos de reciclagem e actualização [Centro de Formação de Jornalistas (CFJ), criado em 1983, no Porto; Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (CENJOR), criado em 1986, em Lisboa];

2. O Observatório de Imprensa criado em 1994, cujo objectivo, dentre outros, é o a formação profissional.

Considerações finais

Pela visão diacrónica que desenhámos, de maneira sucinta, podemos constatar que o ensino/formação do jornalismo tem uma história recente marcada por dois momentos: um primeiro momento, desde finais da década de 1970 até finais da década de 1980, em que a iniciativa de ensino pertenceu ao Ensino Universitário Público e a Centros de Formação Profissional; um segundo momento, desde finais da década de 1980⁴, em que as iniciativas de ensino pertencem ao Ensino Superior, subsistemas Universitário e Politécnico (público e privado).

Em nível universitário, em Portugal, verifica-se que as licenciaturas em Comunicação precederam a formação específica em Jornalismo e que os cursos de Comunicação Social visavam a uma competência generalista em comunicação, permitindo, assim, um leque muito variado de saídas profissionais: Jornalismo, Publicidade e Comunicação Institucional (Relações Públicas, Comunicação Empresarial e outras). A formação generalista em Comunicação marcou a década de 1980, mas, de forma progressiva, verifica-se que os cursos procuram desenvolver as

4 O Ensino Superior, em Portugal, tem um crescimento exponencial em nível das instituições e dos alunos que têm acesso aos subsistemas Universitário e Politécnico. (Cf. SIMÃO, 2003)

vertentes profissionalizantes. A Escola Superior de Jornalismo do Porto (criada em 1985), a licenciatura em Jornalismo na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1993) e o curso politécnico da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa (1996) demonstram essa tentativa de diversificação e especialização dos cursos.

Os pioneiros em licenciaturas em Comunicação Social foram duas universidades públicas – a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1979, e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), em 1980. Uma década depois das primeiras licenciaturas, apareciam mais três novas licenciaturas com a mesma designação – Ciências da Comunicação (no ensino público a Universidade da Beira Interior em 1989; no ensino particular a Universidade Autónoma de Lisboa, em 1989, e a Universidade Fernando Pessoa do Porto, em 1990). Em 1991, surgiu a licenciatura de Comunicação Social e Cultural na Universidade Católica Portuguesa (UCP), no subsistema Particular e Cooperativo, e a licenciatura de Comunicação Social da Universidade do Minho, no Ensino Público.

Nos anos seguintes, o ritmo de crescimento de cursos na área da Comunicação aumentou, quer em Universidades, quer em Institutos Politécnicos do sector público e privado, ultrapassando as três dezenas de cursos oferecidos.

Em síntese, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela criação/expansão e diversificação da oferta de cursos e das Instituições – verdadeiro *boom*.

No domínio da investigação, o jornalismo é tardio, registando-se, no final da década de 1980 e início da década de 1990, as primeiras teses de doutoramento. O seminário na área de estudos jornalísticos, do mestrado na Universidade Nova de Lisboa (1991-92), garantiu a apresentação da primeira tese com incidência específica sobre o Jornalismo em 1994. Também no plano da investigação regista-se um aumento significativo na produção de trabalhos científicos no campo dos media e do jornalismo.

Relativamente à formação universitária, Agee e Traquina (1988, p. 124) consideram que deve ser feita uma abordagem em estreita relação com outros campos, tendo em conta o quadro mais vasto das Ciências da Comunicação, e não tendo em conta uma abordagem que preconiza uma autonomização dos cursos de jornalismo

De acordo com Mesquita (1995), as licenciaturas universitárias, tanto as que seguem uma “perspectiva comunicacional” como as que seguem uma “formação humanista clássica”, consideram a especialização em jornalismo numa perspectiva que “liga e associa a formação humanista à

competência técnico -profissional.”. Exemplo dessa articulação pode encontrar-se na licenciatura em Comunicação Social da Universidade do Minho, que apresenta os seguintes objectivos para o desenvolvimento de uma “tríplice competência” do profissional da comunicação a formar:

- Competência intelectual, cultural e moral que lhe permita a compreensão e interpretação críticas da sociedade e mundo actuais;
- Competência específica no âmbito da comunicação humana, mediante o conhecimento aprofundado dos comportamentos comunicativos, seus aspectos psicológicos e sociais e processos semióticos e linguísticos, e também a capacidade de emitir e receber mensagens com elevado grau de eficiência;
- Competência técnico-profissional ao nível dos meios de comunicação e do exercício de funções de comunicação institucional em algum sector especializado.

Encontramos opiniões diversas relativamente ao peso que essas três orientações deverão ter no currículo ou quanto à forma de as operacionalizar; no entanto, as instituições de ensino/formação superior têm em conta a complexidade crescente da sociedade, com todas as transformações económicas, sociais, culturais e tecnológicas que conheceu, procurando que o ensino/formação se torne cada vez mais “educação ao longo da vida”. Eis aqui um desafio não somente para as instituições de ensino/formação, como também para os próprios jornalistas e organizações socioprofissionais.

The teaching/training of journalists in Portugal: a recent history

Abstract

This paper presents a brief “history of teaching/training of journalists in Portugal”. The emergence of the journalistic field and its professionals is a recent event, with little more than a century, so the concept of journalism as we know it today, in democratic societies, stems from a process of evolution that has contributed to the professionalization of the journalist as a professional community with an identity and autonomy. Underpinning all these developments is the need for knowledge, attitudes, and skills that are acquired with training.

Key words: *Teaching. Journalism.*

Referências

AGEE, W. K.; TRAQUINA, Nelson. *O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*. Lisboa: Veja, 1988.

BOLETIM INFORMATIVO DO SNJ, n. 1, 1941.

CARQUEJA, Bento *apud* CUNHA, Alfredo. *Jornalismo nacional: das malogradas associações de imprensa à alviterada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa, Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa. Separata do *Boletim Informativo do SNJ*, n. 2, p. 7-39, jun. 1941.

CUNHA, Alfredo. *Jornalismo nacional: das malogradas associações de imprensa à alviterada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa, Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa. Separata do *Boletim do Informativo do SNJ*, n. 2, p. 7-39, jun. 1941.

ESTATUTOS do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), Lisboa, 1962.

FERENCZI, Thomas. *L'invention du journalisme en France*. Paris: Plon, 1993.

FREIRE, João Paulo. *Escolas de jornalismo*. Porto: Educação Nacional, 1936.

GAZETA LITERÁRIA. Porto, n. 2, out. 1952 *apud* SOBREIRA, Rosa Maria Campos. *Os jornalistas portugueses 1933-1974: uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003 (Coleção Media e Jornalismo).

GAZETA LITERÁRIA. Porto, n. 8, set./nov. 1963 *apud* SOBREIRA, Rosa Maria Campos. *Os jornalistas portugueses 1933-1974: uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003 (Coleção Media e Jornalismo).

JOBIN, Danton. Uma conferência sobre jornalismo. *Gazeta Literária*, Porto, v. 5, n. 56, 1957.

MARCOS, Luís Humberto. Formação profissional: começo e futuro. In: SECRETARIADO DA COMISSÃO EXECUTIVA. *Conclusões, teses e documentos do 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva, 1986.

MESQUITA, Mário. *L'enseignement du journalisme au Portugal: le miracle de la multiplication des cours*. Texto apresentado no Sigma/Communication Sciences Meeting em Sienna, Itália, 22-23 set. (policopiado), 1995.

O PROFISSIONALISMO da imprensa e seus problemas. *Gazeta Literária*, v. 8, p. 2, 1963.

JOBIN, Danton. Uma conferência sobre jornalismo. *Gazeta Literária*, Porto, v. 5, n. 56, 1957.

RELATÓRIO & Contas do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ). Lisboa, 1959.

SIMÃO, José Veiga; SANTOS, Sérgio Machado dos; COSTA, António de Almeida. *Ensino superior: uma visão para a próxima década*, Lisboa, Gradiva, 2003. (Coleção Trajectos Portugueses, n. 53)

SOBREIRA, Rosa Maria Campos. *Os jornalistas portugueses 1933-1974: uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003 (Coleção Media e Jornalismo).

TRAQUINA, Nelson. *A tribo jornalística: uma comunidade transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

TEIXEIRA, Luís. Profissionais do jornalismo. *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas*, Lisboa n. 4, 1941.

TUNSTALL, Jeremy. From gentlemen to journalists. *British Journalism Review*, v. 6, n. 3, 1996.

Enviado em 11 de maio de 2011.

Aceito em 15 de maio de 2011.

